

ENTREVISTA — RITA CORTEZ, presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB)

“Sempre me senti vocacionada para a advocacia”

Maria Eduarda Lavocat

Na última sexta-feira, a advogada Rita Cortez assumiu, pela terceira vez, a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), uma das instituições jurídicas mais antigas das Américas, com 182 anos de história. Eleita com 51,3% dos votos para o triênio 2025-2028, ela é a segunda mulher a ocupar o cargo.

Referência nacional em direito do trabalho, Rita formou-se pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) durante a ditadura militar; período em que participou ativamente de movimentos estudantis e da luta contra os abusos do regime. Durante a graduação, estagiou no Sindicato dos

Em que momento da sua trajetória surgiu o desejo de cursar direito? O que a motivou a seguir essa carreira?

De certa forma, romantizei a profissão, na medida em que confiei que as mudanças sociais no mundo se dariam através da efetivação da justiça. Buscar a justiça significava lutar por direitos e quem lidava com direitos eram os advogados. Meu tempo de estudante, do secundário à universidade, foi marcado pelas atrocidades da ditadura militar e, daí, a necessidade de mudar o país.

A senhora cursou direito na Uerj durante o período da ditadura militar. De que forma o contexto político influenciou sua formação acadêmica e pessoal?

Estava convencida que somente a atuação organizada, coletiva e solidária era a melhor saída para a situação de arbítrio que pautou todos os anos na universidade. Os livros e outros textos eram censurados. O acesso às informações

Gráficos do Rio de Janeiro e na Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde, posteriormente, concluiu sua pós-graduação em direito público.

Atualmente, além de presidir o IAB, Rita Cortez é sócia fundadora do escritório AJS Cortez & Advogados Associados, presidente da Academia Carioca de Direito (ACD) e conselheira federal da OAB, representando a seccional do Rio de Janeiro (OAB/RJ). Sua trajetória também é marcada pela forte defesa do protagonismo feminino no meio jurídico. Nos últimos três anos, ela esteve à frente da Comissão dos Direitos da Mulher do IAB, reforçando seu compromisso com a equidade de gênero na advocacia.

Confira a entrevista do Direito&Justiça com a nova presidente do IAB.

era restrito. Em razão disso me agreguei aos movimentos que buscavam combater a ditadura. Essa busca pela retomada da democracia e dos direitos sociais me fez optar pelo direito do trabalho.

Como foi a experiência de reabrir o Centro Acadêmico de Direito da Uerj e assumir a presidência, tendo o ministro Luís Roberto Barroso como vice-presidente?

Estudávamos na mesma turma da Uerj que se destacava das demais não apenas pelo desempenho acadêmico, mas também pelo compromisso com a materialização de pautas fundamentais, que incluíam desde a convocação da Assembleia Constituinte até a realização de eleições diretas. Nesse contexto, promovemos a reabertura do Centro Acadêmico e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que congregava representantes de todas as faculdades da universidade, bem como ajudamos a realizar o 1º Encontro Nacional dos Estudantes de Direito

Divulgação



(Ened) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Na Faculdade de Direito e na Universidade de forma geral, integramos a corrente denominada ‘Construção’. O Beto (como eu o chamava), como vice, assumia as minhas funções sempre que necessário e era responsável também pela edição do jornal *Andaime*, que possuía ampla circulação na faculdade.

Durante a faculdade, a senhora estagiou no Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro. Como foi essa experiência? Realizou outros estágios além desse? Quais?

O Sindicato dos Gráficos representou o meu principal estágio, e atuar no Departamento Jurídico da entidade sindical foi um privilégio, dado seu reconhecimento como um dos mais destacados no âmbito jurídico sindical do estado do Rio de Janeiro. Tive a oportunidade de acompanhar e aprender com renomados advogados, como Celso Soares, Everaldo Martins, Moadely Roberto, Sérgio Moreira e Nelson Tomaz Braga. Considerando as especificidades do processo trabalhista, a não exigência de representação obrigatória por advogado para a postulação de direitos (jus postulandi) permitiu-me uma atuação próxima a de um advogado, sempre sob a supervisão dos profissionais experientes da equipe. Esse período foi particularmente enriquecedor para minha formação.

Após o estágio, a senhora trabalhou no escritório do advogado Celso Soares. Como foi esse período? Quais os principais aprendizados que carrega dessa experiência?

Celso Soares já naquela época era um ícone na advocacia trabalhista. Celso não só foi secretário da OAB-RJ como presidiu a Associação Carioca de Advogados Trabalhistas e, posteriormente, a Abrat, Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas. A sua capacidade acadêmica e senso político no exercício da representação da advocacia levou-o a presidir o IAB, o nosso Instituto dos Advogados Brasileiros. O Celso foi um grande pensador nesse segmento e notável orador também. Portanto, foi uma experiência que me credenciou para desenvolver meu trabalho no futuro. Desde aquela época, Celso Soares já se consolidava como um ícone na advocacia trabalhista. Além de ter exercido a função de secretário da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Rio de Janeiro (OAB-RJ), presidiu a Associação Carioca de Advogados Trabalhistas e, posteriormente, a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat). Sua notável capacidade acadêmica, aliada a uma apurada visão política no exercício da representação da advocacia, levou-o a ocupar a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Celso Soares foi um pensador influente no campo jurídico trabalhista,

distinguindo-se também como um orador de excepcional talento. Tendo a oportunidade de vivenciar essa experiência, me ajudou a desenvolver de forma ética e eficiente o meu trabalho posteriormente.

A senhora declarou certa vez: “Nunca pensei em ser magistrada, promotora ou defensora pública, pois sempre me senti vocacionada para a advocacia.” O que, na sua visão, torna a advocacia tão especial e cativante?

A advocacia é uma verdadeira arte, exigindo reflexão estratégica e domínio das teses jurídicas mais adequadas para assegurar a defesa eficaz do cliente. O êxito nessa construção argumentativa é profundamente gratificante. A sustentação oral de um processo, com a capacidade de persuadir os magistrados a acolher a tese defendida, representa um desafio intelectual e uma experiência singular. Para exercer essa função com excelência, é imprescindível possuir vocação. Creio estar plenamente vocacionada para o exercício da advocacia o que me faz descartar qualquer outra opção.

Quais os maiores desafios enfrentados pela senhora nos mandatos de 2018 a 2020? Existe alguma coisa que faria diferente?

O maior desafio foi sem dúvida alguma consolidar a representação do IAB nacionalmente, nomeando representantes em cada estado e inaugurando subseções. Se hoje o IAB tem a visibilidade que merece como instituição prestigiada pela comunidade jurídica, propagadora do pensamento crítico e da cultura jurídica, deve-se ao trabalho de fortalecimento do IAB em todo território nacional.

Quais são seus planos e expectativas agora ao assumir a presidência nacional do Instituto dos Advogados Brasileiros?

A minha expectativa é promover uma gestão melhor do que a que exerci anteriormente. Creio que estou apta a desenvolver projetos que eu não pude dar curso nos dois mandatos cumpridos no período de 2018 a 2020. Tenho certeza de que com o nosso trabalho qualificadíssimo faremos o melhor para a advocacia e para a sociedade brasileira.